



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 130/131

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Natálio Stica
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB.....	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS.....	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 021ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE DEZEMBRO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Barbosa Neto.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem:

MENSAGEM Nº 039/2004

Curitiba, 14 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder

Executivo a regulamentar e promover o enquadramento de detentores de cargos efetivos ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo - OPPE (Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002) e do Quadro do Instituto Agrônômico do Paraná (Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997), admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988, segundo critérios que especifica.

O presente anteprojeto de lei visa complementar, em consonância com os dispositivos constitucionais, a organização das carreiras dos integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo, antes chamado Quadro Geral do Estado, que ocorreu com a edição das Lei 13.666, de 05 de julho de 2002 e Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997, do Instituto Agrônômico do Paraná.

A proposta visa dar tratamento isonômico aos servidores que não obtiveram nos recentes enquadramentos o reconhecimento de seu nível de escolaridade por ausência de oportunidade de ascensão profissional ocorrida no passado, e, ainda, pelo argumento de que não se submeteram ao específico concurso público para as carreiras técnicas. Isto porque, antes da vigência da Constituição Federal de 1998, o ingresso ou admissão de servidores públicos era feito sob a regência do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, ou pelo regime chamado celetista, com movimentações, progressões e promoções obtidas segundo os critérios então vigorantes. Com a edição, no âmbito do Estado do Paraná, do chamado regime jurídico único, o estatutário, a totalidade dos admitidos passou a integrar o Quadro Geral do Estado, de forma precária, até o estabelecimento de novos planos de carreira, o que somente veio a ocorrer com a edição das leis antes mencionadas.

Assim propõe-se que a Assembléia Legislativa autorize o Chefe do Poder Executivo a regulamentar e promover o enquadramento dos detentores de cargos efetivos ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988, segundo critérios que especifica, na referência inicial ou imediatamente superior ao valor da referência atual, dos cargos de Agente de Execução e Profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo, QPPE, a que se refere a Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002 a Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997, do Instituto Agrônômico do Paraná, nos moldes do que dispõe a Lei 9.436, de 09 de novembro de 1990 do Tribunal de Contas.

Para tanto exige o cumprimento de dois requisitos mínimos, tais sejam, possuir na data de publicação da lei escolaridade correspondente ao nível universitário e de 2º grau nos termos da legislação, e, concomitantemente, comprovar o desempenho efetivo de funções correlatas às carreiras de Agente de Execução e profissional, o que será apurado em procedimento administrativo. Estabelecidos tais parâmetros, especialmente a data de ingresso anterior à vigência do sistema constitucional de 1988 e, ainda, presente o interesse da Administração Pública em melhor aproveitar os servidores qualificados que desem-

penham atribuições correlatas ao nível de responsabilidade exigido dos Agentes Profissionais e Agentes de execução supera-se a questão atinente à constitucionalidade da medida, que não poderia transbordar dos limites temporais de exigência de concurso público como concedido após os ditames da Carta de 1988, atendendo-se, de igual forma ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal que interpreta como irregular o chamado provimento derivado de cargos públicos.

Neste caso o enquadramento ou reenquadramento é instrumento legítimo para propiciar a correta colocação dos profissionais segundo critérios de escolaridade e desempenho, posto que abrange tão somente os servidores admitidos originalmente por concurso público ou que tiveram seu emprego transformado em cargo público, dentro de um mesmo quadro que passou por posteriores desmembramentos - no caso do IAPAR - ou por reorganização, no caso do QPPE.

Providências idênticas foram adotadas na União e no próprio Estado do Paraná, com a regularização do Quadro do Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná constante da Lei 9436, de 09 de novembro de 1990 citada como paradigma para a solução ora proposta.

O enquadramento a ser efetivado somente após a conclusão dos procedimentos administrativos necessários e mediante respectiva regulamentação, será feito por valor, na referência inicial ou imediatamente superior à situação atual do servidor que preencher os requisitos exigidos.

O anteprojeto por apresentar natureza autorizatória, não causa impactos financeiros imediatos, o que será avaliado pelo Chefe do Poder Executivo, no momento em que ocorrer a conclusão dos trabalhos da Comissão Técnica a que alude o artigo 3º para possibilitar os enquadramentos respectivos.

Não haverá custos para pagamento retroativo, considerando que a proposta prevê que os efeitos do deferimento do pedido ocorrerão somente a partir da data da conclusão do processo uma vez que haverá apenas uma complementação dos salários hoje percebidos. Em qualquer hipótese, deverão ser observadas para expedição dos atos administrativos decorrentes da lei, outros dispositivos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, adequações orçamentárias e financeiras.

O projeto prevê, também a possibilidade de remanejamento do profissional abrangido por essa lei, no interesse da Administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os atuais ocupantes dos cargos efetivos ativos de Agente de Execução e Agentes de Apoio do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere a Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002 e do Instituto Agrônômico do Paraná, regidos pela Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997, nomeados ou admitidos em data anterior a 05 de novembro de 1988, poderão requerer enquadramento funcional na referência inicial, ou imediatamente superior ao valor da referência atual, do cargo de Agente Profissional e Agente de Execução desde que preencham, no mínimo, os seguintes requisitos:

a) possuir, na data de publicação das leis relacionadas no *caput* do presente artigo, a escolaridade correspondente e, concomitante;

b) comprovar o desempenho efetivo de funções correlatas à carreira Profissional ou de Execução, apurado em procedimento administrativo.

Art. 2º - O servidor detentor de escolaridade diversa da exigida para o cargo que ocupa, que esteja desempenhando funções de acordo com essa escolaridade passa a ter o desenvolvimento na carreira de acordo com esse cargo, sem efeitos retroativos à data da conclusão do processo que concluiu pelo deferimento de seu pedido.

Art. 3º - O disposto na presente lei será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo, que designará comissão técnica de avaliação do preenchimento dos requisitos enumerados no artigo e de acompanhamento do processo, inclusive quanto à análise de possível remanejamento do profissional abrangido por esta lei, no interesse da Administração.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, vedados quaisquer efeitos financeiros de natureza retroativa e os atos administrativos decorrentes de sua implementação serão praticados mediante análise criteriosa do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal após atendidas as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2297

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para a discussão e votação da Proposição de Veto nº 80/2004, apostado ao Projeto de Lei nº 318/2004 que trata da jornada de 30 horas para os servidores da saúde no Estado do Paraná, constante no item 2 da Ordem do Dia desta Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário destaque e votação em bloco das Proposições 058/2004 e 080/2004, itens 01 e 02 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) TADEU VENERI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 039/2004, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a regulamentar e promover o enquadramento de detentores de cargos efetivos ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE (Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002) e do Quadro do Instituto Agrônomo do Paraná (Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997), admitidos em data anterior a 5 de outubro de 1988, segundo critérios que especifica. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Requerimento nº 2297, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando preferência para Discussão e Votação da Proposição nº 80/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 318/2003, item 02 constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Temos que colocar primeiro em votação o requerimento do Deputado Durval Amaral.

Requerimento nº 2298, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando Votação em Bloco para as Proposições nºs 058 e 080/2004, itens nº 01 e 02 da Ordem do Dia da presente Sessão - **Retirado pelo Autor.**

Automaticamente se estiver aprovado o requerimento do Deputado Durval Amaral está prejudicado o segundo requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Tadeu Veneri, para que retirasse o requerimento porque nós vamos votar dois vetos que não têm nada a ver um com o outro, são totalmente diferentes e nós poderemos, de repente, estar prejudicando um projeto que nós queremos derrubar o veto que é o caso dos servidores que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa., que vai ser votado primeiro o requerimento do Deputado Durval Amaral, se o Plenário aprovar o requerimento do Deputado Durval Amaral automaticamente estará prejudicando o outro requerimento. Será votado, por preferência o item 2 isoladamente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, quero encaminhar a preferência do Deputado Durval Amaral, porque caso nós decidamos votar os dois vetos anexos iremos prejudicar o pessoal da Saúde que está desde às 14h:30m aqui esperando a votação. Os Deputados, querendo derrubar um e não querendo derrubar outro, talvez podem derrubar os dois.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente ao requerimento do Deputado Durval Amaral e quero esclarecer para que aqui não paire dúvida.

Na prática - quero falar por mim - estamos comprometidos na derrubada do veto e aqueles que dizem que querem executar esse daquele, em especial aqueles do Governo, estão empenhados na manutenção do veto da Saúde.

Então não se enganem, a platéia, lideranças sindicais e nem mesmo os Deputados, não se enganem, porque a fala fácil, tranqüila e serena pode significar a nossa derrota que é pela derrubada dos dois vetos. A chance real da derrubada do veto da Saúde é votarmos juntos!

O SR. BARBOSA NETO

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que concordo com o requerimento do Deputado Durval Amaral que quer dizer separar os dois vetos que não têm nada a ver com outro.

Nós temos que ter a coragem de declinar aqui os nomes e as posições que estamos assumindo. Pelas declarações do Deputado André Vargas há a nítida intenção que aqueles que votam SIM vão votar NÃO e aqueles que votam NÃO vão votar SIM.

Nós acreditamos que o veto do Governador tem que ser discutido nesta Casa, a Votação é secreta mas nós temos encaminhado aqui, eu falo por mim, pela derrubada do veto e a favor das 30 horas.

Não consegui entender a colocação feita pelo Deputado André Vargas, também não estou conseguindo compreender de que lado ele está neste momento.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, são dois vetos, absolutamente diferentes, divergentes: - um se trata da questão da COPEL, outro das 30 horas dos servidores.

Portanto eu acho que esta tentativa de jogar alguns Deputados contra a platéia e vice-versa é uma bobagem, porque aqui nós somos maduros o suficiente para termos nossas posições de acordo com nossas consciências. Então penso que é importante votarmos os dois vetos em

separado, porque são duas questões e há Deputados que querem, eventualmente, manter um veto e derrubar outro, em bloco nós teríamos essa dificuldade.

Isso para mim é claro. O resto, é balela.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, uma coisa é uma coisa outra coisa é outra coisa. Agora deu-se sem entender que nós podemos ficar até numa situação difícil perante os servidores, se mantiver os dois juntos ou os dois separados. Precisa encontrar agora uma solução. São casos totalmente diferentes.

Não podemos prejudicar um, ou beneficiar um em detrimento do outro.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

Apenas para esclarecer que é uma questão de tática. A força de agirmos conjuntamente, seja o PT, o PSDB mais a Oposição é só somar os votos e as pessoas vão saber de que lado estão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento do Sr. Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na verdade também à Liderança da Oposição, encaminhei o requerimento de preferência para votar o veto sobre as 30 horas no entendimento que essa separação ajudaria a derrubada do veto.

Confesso-lhe que estamos todo nós aqui, Deputados da Oposição, na dúvida se esse é o encaminhamento melhor ou não. O que não queremos é prejudicar os servidores da área da saúde.

Entendemos que separando as duas votações, teríamos maiores chances de podermos derrubar o veto, mas não quero que a Oposição fique com a responsabilidade de derrubar sozinha esse veto. Precisamos do apoio dos Deputados da Base do Governo.

E precisamos obviamente, do entendimento do Deputado Tadeu e do Deputado André Vargas, que também assim como nós Deputados da Oposição, querem a derrubada do veto. Se V. Exa. nos permitisse alguns minutos de suspensão da Sessão para que possamos fazer um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspende-se a Sessão.

Reaberta a Sessão.

O SR. TADEU VENERI

Estou solicitando, conversamos com os demais Deputados, que seja retirado o requerimento feito e mantém-se o encaminhamento do Deputado Durval Amaral.

E, há um entendimento inclusive de que o Governo não vai defender nem a manutenção e nem a derrubada do veto.

Então, entendo que está liberado o que podemos votar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, V. Exa. está retirando o requerimento de V. Exa.?

O SR. TADEU VENERI

Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Retirado o requerimento.

Só vota a preferência então?

O SR. TADEU VENERI

A preferência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação.

O SR. JOCELITO CANTO

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento do Deputado Durval Amaral que pede prioridade de votação ao item 2.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, não querendo aqui fazer falso moralismo ou qualquer coisa, acho que a garantia, Deputado Tadeu Veneri, da votação daquilo que o senhor quer, é votar os dois juntos. É o entendimento que penso. Tenho certeza que o item 1 vai ser derrubado o veto. E com o número 2 vai se manter o veto.

Eu entendo, na condição de observador deste Parlamento de que a idéia dita pelo Deputado André Vargas está correta, de que se votasse em bloco os dois se garantiria aquilo que quer o projeto do Deputado Tadeu Veneri.

Só quero deixar claro, se isso acontecer, teremos a garantia da manutenção da derrubada dos vetos. Abrindo os projetos posso até antecipar o placar. Vai-se derrubar o veto do número 1 e vai-se manter do número 2.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O senhor está discutindo o requerimento que já foi retirado pelo Deputado Tadeu Veneri.

Nós votamos o requerimento, o Deputado Durval Amaral pela transferência para discussão única da Proposição nº 80/2004. Veto do item 2.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Então será votado inicialmente o item 2.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 080/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que acrescenta parágrafo ao artigo 53 da lei nº 6.174/70. (carga horária). **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG nº 192/2004

Curitiba, 03 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 197/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 318/2003, por julgá-lo, inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo alterar a Lei nº 6.174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado) para atribuir jornada máxima de 30 horas semanais aos “trabalhadores da saúde”.

Tal projeto de lei é indiscutivelmente inconstitucional porque, não tendo sido proposto pelo Governador do Estado, a quem é conferida competência privativa para iniciar o processo legislativo de lei que disponham sobre servidores públicos e seu regime jurídico, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso II, da Carta Estadual.

Por outro lado, vale mencionar, trata-se de medida legal desnecessária, tendo em vista que o artigo 4º, da Lei nº 13.666/2002, cuida devidamente da matéria.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 318/2003, encontra-se publicado, no DA nº 043/2003, de 03/06/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 080/02004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 318/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, objeto de veto do Governador, acrescenta parágrafo ao artigo 53 da Lei nº 6.174/70 (carga horária).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto aposto dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) **HERMES FONSECA** - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Quero alertar os Srs. Parlamentares, que para derrubar o veto tem com a cédula preta, **NÃO**.

Para manter o veto, a cédula branca, **SIM**.

Para encaminhar, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Entendemos que esta redução de 30 horas é de extrema justiça para todos os servidores da área da Saúde.

A Oposição fechou questão: vai votar pela derrubada do veto, votando **NÃO**. Todos os Deputados de Oposição, que saírem da cabine indevassável vão mostrar o seu voto **NÃO**, para a platéia, para que todos saibam como nós estamos votando, **NÃO**. Obstante que isso não seja regimental.

Retiro as minhas palavras, mas assim nós vamos proceder.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero alertar V. Exa, e todos os Parlamentares, que o voto que for mostrado aos demais Parlamentares e aos nossos visitantes, automaticamente será nulo e prejudicará a votação.

Há a necessidade de ter 28 votos para se derrubar o veto.

Peço aos Srs. Parlamentares para cumprirmos o Regimento desta Casa.

O SR. RENI PEREIRA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu gostaria, já que não podemos, como sugeriu o Líder Durval Amaral da Oposição mostrar o voto, pelo menos declarar o nosso voto no que tange ao PSB.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. pode recomendar à sua Bancada a forma de votação, mas não pode anunciar o voto.

O SR. RENI PEREIRA

Mas, nós sempre votamos a favor da Saúde e votaremos assim hoje. Em que pese não podermos mostrar, também não podermos declarar, mas que fique aqui o registro que o PSB do Estado do Paraná, sempre votou e sempre votará a favor da melhoria das condições de saúde.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Para Encaminhar)

Esse negócio de mostrar voto aqui, todos os Deputados merecem confiança, todos têm credibilidade avaliado pela população do Paraná. Todos têm consciência e responsabilidade. Eu nunca mostrei o meu voto e não mostro.

Votarei com a minha consciência e espero que todos os Deputados não votem demagogicamente, porque tem galeria aplaudindo, mas sim, com a responsabilidade da representação popular.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º Secretário Nereu Moura a chamada dos Srs. Parlamentares para a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(Procede à chamada nominal)

Estão presentes cinquenta Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito aos Deputados Antonio Martins Anibelli, Plauto Miró Guimarães e Elton Welter, para que procedam à contagem dos votos.

Vinte e sete votaram SIM. E vinte e três NÃO.

(Fica mantido o veto)

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Só para informar à Mesa e os Srs. Deputados, conversei com o Presidente Hermas Brandão. Assim como nós fizemos em outros projetos, a partir do reinício dos trabalhos estaremos reapresentando o projeto das 30 horas, essa luta que vem há dez anos dos servidores e esperamos que seja aprovado e não vetado pelo Governador.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Gostaria de dizer ao Deputado Tadeu Veneri e a todos os funcionários da Saúde, que terão o apoio incondicional da Bancada de Oposição.

Assim como votamos NÃO, vamos apoiar essa luta do Deputado Tadeu Veneri, que é a luta dos servidores da Saúde.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 058/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 075/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga dispositivos da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a implementar reestruturação societária da COPEL, alienar, dar caução ou oferecer em garantias ações do Estado no Capital daquela companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 134/2004

Curitiba, 26 de julho de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 142/2004, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 075/2004, por julgá-lo

inconstitucional, porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 87, inciso XX, da referida Carta Estadual.

Inobstante o veto apostado, ressalto que o referido projeto de lei, de autoria de V. Exa., constitui base para procedimento legislativo que, aliás, estou propondo através de mensagem adotando-se a medida sem vício de inconstitucionalidade.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 075/2004, encontra-se publicado, no DA nº 017/2004, de 23/03/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 058/02004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 075/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que recebeu veto do Sr. Governador, revoga dispositivos da Lei nº 12.355/98. Reestruturação da COPEL.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NESLON JUSTUS - Relator

O SR. HERMAS BRANDÃO (Para Encaminhar)

Quero fazer um apelo aos Srs. Parlamentares para que possamos derrubar o veto apostado ao Projeto de Lei nº 75/2004.

Esse projeto, de nossa autoria, foi apresentado no dia 23 de março de 2004 e revoga os dispositivos da Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 98 e foi vetado pelo Poder Executivo, simplesmente - eu acho que por uma informação errônea do Departamento Jurídico da Casa Civil - de que a Assembléia não teria as prerrogativas (qualquer Parlamentar não teria prerrogativa) de apresentar um projeto dessa natureza.

Quero informar aos Srs. Parlamentares que esse projeto, que originou a Lei nº 12.355 foi apresentado por um Deputado desta Casa e serviu inclusive para que o Governo anterior vendesse algumas ações da COPEL. Se nós podemos apresentar para vender, podemos apresentar para suspender também, tanto é que o Poder Executivo no dia 28 de julho mandou uma mensagem idêntica ao meu projeto, inclusive com a justificativa idêntica à que eu tinha apresentado, achando que o meu projeto realmente teria validade para o Poder Executivo.

Só gostaria de derrubar o presente veto para demonstrar que as prerrogativas são também dos Srs. Parlamentares. É uma defesa da Casa, por isso peço aos Srs. Parlamentares a derrubada do presente veto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação...

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Conversei a pouco com o Governador Roberto Requião sobre esse veto e ele me dizia que o interesse do Governo em mandar outra mensagem foi porque veio uma justificativa dizendo da inconstitucionalidade, mas revendo isso, o próprio Governador entendeu de que se tiver algum problema, refaz, mas entendendo que há inconstitucionalidade porque esta Casa que no passado votou pela privatização da COPEL, pode votar hoje para acabar com a privatização da COPEL, ou seja, desautorizar a lei que privatiza a COPEL.

Portanto, está autorizada a Bancada a votar pela derrubada do veto, até por uma questão de justiça ao Projeto do Deputado Hermas Brandão que derruba a privatização da COPEL.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, nós da Bancada da Oposição também estamos encaminhando para que seja derrubado o veto. Portanto, votando **Não** e apoiando, dessa forma, a iniciativa do Deputado Hermas Brandão.

O SR. TADEU VENERI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente.

Nós vamos votar pelo **não** porque eu acho que é uma questão de coerência, como foi, aliás, o veto. Comentei anteriormente que não termos derrubado o veto da Saúde e é surpreendente que o Governador Requião faça um acordo com o Deputado Natálio Stica, agora, há cinco minutos sobre esse veto, e o Líder do Governo não tenha a capacidade de fazer essa intervenção para um outro veto que envolvia milhares de pessoas!

Francamente, acho que nós estamos nos Partidos errados!

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente.

É por essas e outras, Sr. Presidente, porque a Bancada do PT, não foi informada pelo Líder do Governo que essa seria a posição, por isso que eu vim aqui, quebrei lança para que votássemos juntos e aí teve gente que veio com outro tipo de argumentação, Deputado Tadeu Veneri porque entendeu que tinha um acordo no sentido de liberar a Bancada. Crédulo Tadeu!

Na verdade, houve uma traição na alcova, como de resto tem acontecido. E é por essas e outras que o veto da Saúde foi mantido e agora o veto que nós votaríamos SIM, como eu dizia, unidos, para que não houvessem

simulações e traições, voto **NÃO**, mas, que fique consignado “Traição”.

O SR. NATÁLIO STICA

Eu não sei o que é que o Vice-Presidente da Casa entendeu do que falei. Mas, eu disse que falei com o Governador e ele não tem problema nenhum neste veto.

Eu fui muito claro quando falei neste veto. Então, houve um mal entendido. O primeiro, não, não fiz defesa nenhuma. Não tinha nem a concordância do Governador do primeiro, ele era pela manutenção do primeiro veto por isso foi votado em separado.

Então, por favor, não entendam mal e não coloquem palavras na minha boca. Eu falei este projeto da COPEL que por uma questão de justiça e para que esta Casa que aprovou no passado a sua privatização, possa desaprová-la. Mas é este projeto, não coloquem palavras na minha boca. Não existe traição.

E para os Deputados, se é que alguém não conhece a minha posição e a minha postura, sabe que eu defendo aqui a coerência, como acabei de defender há pouco quando subi à tribuna. E aqui eu defendo, em nome da verdade, portanto o projeto que está liberado, é apenas este veto.

Fique bem claro.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaria de esclarecer aos Srs. Parlamentares que estamos discutindo o encaminhamento da votação do item nº 1 da pauta. O item anterior já foi votado, o resultado dito aqui pela Mesa, expressado pela vontade de todos. O encaminhamento deve ser feito em cima deste projeto que estamos discutindo. Encaminhamento. E no encaminhamento não podemos conversar sobre outras matérias, nem apartes.

Então, Deputado Valdir Rossoni para encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Encaminho também a votação desse veto e encaminhamos da mesma forma **NÃO**. O que me reporte aqui é de que se nós soubéssemos que a Liderança do Governo encaminharia desta forma, nós teríamos votado os dois vetos juntos. Mas nós não tínhamos conhecimento do procedimento do Governo. Agora caímos na real o que é o encaminhamento.

Vamos votar **NÃO**, novamente.

O SR. TADEU VENERI

Apenas para registrar o que o Deputado Natálio Stica colocou aqui.

Só lamento que o Deputado Natálio Stica, que já tinha esse acordo com o Governador antes de votarmos o primeiro veto, que aliás, era o segundo da pauta, poderia, Deputado Natálio Stica, ter se manifestado publicamente. E ajudaria muito, mas talvez como ex-cutista ou um atual cutista, um ex-sindicalista não tenha lembrado disso.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente.

Nós aceitamos as ponderações do nosso Presidente, que deixou a Presidência e veio aqui defender não um projeto seu, mas um projeto desta Casa. Votar englobado e nós votamos a preferência do Líder da Oposição, pela preferência da votação das 30 horas, acompanhando o Líder da Oposição. Se existia um acordo anterior pela manutenção desse veto, nós não poderíamos induzir para manter o projeto do Deputado Hermas Brandão, acompanhar o projeto da Saúde que não tem nada uma coisa a ver.

A primeira tinha sido acordada para a derrubada do veto do Governador. Então, poderíamos votar duas matérias, uma há acordo e outra não. Agora, querer penalizar o Deputado Natálio Stica não vamos ser grosseiros com o Deputado Natálio Stica, que tem se pautado por dignidade e honra em defesa do nosso Governo. Ele não abriu a boca! Ficou aí em cima, na Presidência, sem pedir para um Deputado que derrubasse o veto.

Era esse o encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há citação que dê direito à ordem para ninguém. Estamos apenas e tão somente encaminhando o Item 1º da pauta. Vamos nos ater ao encaminhamento, porque a questão da Saúde já foi discutida, votada, o resultado divulgado.

Então concedo a V. Exa. pela ordem, mas eu gostaria que fosse breve, para que pudéssemos encaminhar a votação.

O SR. NATÁLIO STICA

Vou ser breve, Sr. Presidente.

Só quero a atenção em especial do Deputado André Vargas, que é do meu partido e meu amigo, para que não tenha nenhuma dúvida.

Está aqui e não fiz nenhum acordo antes e por isso que não falei. Quero que seja claro o que digo aqui, para que não fiquem dúvidas. Às sete horas e vinte e quatro minutos - para quem quiser olhar está aqui no meu telefone - foi à hora que eu falei com o Governador Requião e podem checar.

Agora são sete e trinta e quatro, portanto, há oito minutos atrás, ou seja, quando o Presidente Hermas estava aqui fazendo a defesa, liguei para o Governador e falei: Tem o veto da COPEL, por uma questão de justiça o Hermas apresentou e veio depois a sua mensagem. Ele falou: “Eu votei porque deve ser inconstitucional.” Mostrei que não, que é prerrogativa desta Casa. Inclusive, no artigo 87 da Constituição, inciso 20, está lá: com anuência da Assembléia. E o Governador disse: “Não há problema, então, pode liberar.” Por isso, eu liberei a Bancada.

Esse acordo não foi feito antes. Foi às sete e vinte e quatro, quando o Deputado Hermas falava. É por isso que estou aqui falando, porque não tenho duas caras e porque não sou traidor.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não havendo Pela Ordem vou cortar a palavra e vamos à votação. Ou é encaminhamento do Item nº 01, agora, se no encaminhamento voltar a discussão do item anterior, sou obrigado a cortar a palavra.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Não haverá mais polêmica. O Deputado Tadeu Veneri veio aqui e falou com o Deputado Stica e disse que tinha um acordo para liberar a Bancada.

Ficou claro que foi montada uma “cama” para mim.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente:?

Eu só queria ter o mesmo privilégio, depois, em nome desta Casa, enquanto o fogo amigo se atira entre si, aqui e ali. Vamos esperar um pouquinho eles acertarem a pendenga.

Estou esperando a decisão dos dois.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputados, vamos manter a calma e ouvir o Deputado Jocelito Canto, que está fazendo uma brilhante defesa da votação do Item 01.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Eu estava aguardando a pendenga, Sr. Presidente.

Disse antes da votação, que teria que ser junto os dois votos. Ninguém prestou atenção. Eu também gostaria que o Governo desse o mesmo tratamento, que deu ao projeto do nosso grande Presidente Hermas Brandão, quando vierem vetos que são constitucionais e que são tratados de forma irresponsável pelo Governo. O Governo tem vetado alguns projetos nesta Casa, sem ter o devido veto que deveria vetar. Ou seja, vetam-se projetos, Sr. Presidente, de vez em quando - vetaram um projeto meu -, em que era constitucional e houve uma falha do Governo.

Esse veto vai ser exatamente lido, aqui, nesta Casa também. No dia em que isso acontecer, Deputado Stica, vou pedir o mesmo tratamento que está sendo dado hoje aqui para esse caso. Não, o Presidente Hermas Brandão, mas o projeto se tratando em ser constitucional.

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa, que virão aqui projetos que são constitucionais e que o Governo errou, como errou o Presidente Hermas Brandão. E espero que seja liberada a Bancada para votar também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito ao 1º Secretário que faça a chamada nominal para votação.

Aviso aos Srs. Deputados que teremos outra Sessão após esta. Apenas para alertar os Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

Sr. Presidente, 49 Srs. Deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito aos Deputados Miltinho Pupio, Nelson Garcia e Ademir Bier, que procedam à contagem dos votos.

Trinta e oito, (38) Srs. Deputados votaram NÃO; dez (10) sim; um, em branco. **Derrubado o veto, mantido o projeto original.**

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que altera o dispositivo da Lei nº 5944, de 27 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 587/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam revogadas as alíneas “b” e “c” do parágrafo 1º do artigo 39 da Lei nº 5940, de 08 de maio de 1969.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 641/2003, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que cria o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 641/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado no âmbito do Estado do Paraná, o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual tem como objetivo primordial implantar uma política adequada que permita às vítimas:

I - atendimento imediato, preferencial e especializado nas delegacias de polícia;

II - encaminhamento imediato a atendimento hospitalar com atenção voltada para:

1 - coleta de material que permita, por meios científicos, a identificação do autor da agressão;

2 - administração, para as mulheres, da “pílula do dia seguinte” buscando eliminar a possibilidade de gravidez indesejada;

3 - coleta de exame de material visando eliminar a possibilidade de contaminação por DST e AIDS;

4 - assistência médica especializada em caso positivo de contaminação;

5 - assistência psicológica, extensiva à família da vítima;

Art. 3º - O Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual, terá em sua composição, a presença de, no mínimo:

- Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania;

- Secretário de Estado da Saúde Pública;

- Secretário de Estado da Segurança Pública;

- representante do Conselho Tutelar;

- 2 (dois) representantes da sociedade, sendo um agente do Ministério Público e outro advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, com atuação na área dos direitos humanos.

Art. 4º - O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei que entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 067/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a utilização do gás natural veicular (GNV) para o transporte público estadual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 067/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os ônibus utilizados no transporte público do Estado do Paraná deverão utilizar como combustível o gás natural.

Art. 2º - As empresas de ônibus deverão efetuar a conversão de 100% de sua frota no prazo de 10 (dez) anos, na razão de 5% ao ano.

Art. 3º - As conversões deverão respeitar e atender obrigatoriamente a Lei Federal nº 8723/93 e demais determinações do CONAMA.

Art. 4º - O descumprimento na presente lei implicará nas seguintes penalidades às empresas concessionárias e permissionárias:

I - advertência, por escrito, na primeira ocorrência;

II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por veículo, até a 5ª ocorrência;

III - suspensão da concessão ou permissão pública a partir da 5ª ocorrência.

Art. 5º - Esta lei terá validade em todo o Estado do Paraná, ficando desobrigadas de seu cumprimento as áreas que não possuem abastecimento do referido combustível.

Art. 6º - O Poder Executivo terá 45 (quarenta e cinco) dias, contados da aprovação e promulgação da presente lei, para regulamentá-la e promover os devidos ajustes e aditivos nos contratos com as empresas de ônibus, devendo fazê-lo com dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 227/2004, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que estabelece a obrigatoriedade de sinalização nos postes ou suportes ou se encontram instalados os medidores de velocidade.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 227/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as empresas que prestam serviços em todo o Estado aos Órgãos Públicos no tocante à fiscalização de velocidade nas vias públicas, a manterem a adequada sinalização nos postes ou suportes onde se encontram instalados os medidores de velocidade fixos ou estáticos.

Parágrafo Único - O DETRAN deverá obedecer os termos desta lei quando firmar convênios, acordos, contratos e aditivos.

Art. 2º - A sinalização de que trata o artigo anterior se dará com a colocação nos postes e suportes de material identificativo refletivo.

Art. 3º - Ficam obrigadas as empresas do artigo 1º a retirarem a identificação mencionada no artigo 2º quando da remoção dos medidores de velocidade para outros locais.

Art. 4º - São nulas as multas aplicadas a partir de medidores de velocidade que não obedeçam a sinalização prevista nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que altera o dispositivo da Lei nº 14470/2004, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8927, de 28.12.1988, alterada pela Lei nº 10064, de 17.07.1992 (com precatórios de natureza alimentícia). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 324/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 14470/2004, de 27 de julho de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28.12.1988, alterada pela Lei nº 10064, de 17.07.1992 (com precatórios de natureza alimentícia), que passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Ficam habilitados a serem beneficiados pelo disposto no *caput* deste artigo, os titulares de precatórios de natureza alimentícia ou objeto de decorrentes de salários, vencimentos, proventos, honorários advocatícios, pensões e suas compensações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 437/2004, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 32/2004, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, conforme especifica. (Professores). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 437/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 11, parágrafo 4º da Lei Complementar nº 103/2004, de 15 de março de 2004, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 11 - ...

§ 4º - A promoção prevista no inciso IV ocorrerá dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, com normas de progressão disciplinadas mediante lei específica e remuneração paga a partir da data da Certificação no PDE.”

Art. 2º - Fica acrescido de parágrafos 6º e 7º o artigo 11 da Lei Complementar nº 103/2004 com a seguinte redação:

“§ 6º - Não poderá ser promovido o professor em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares.

§ 7º - Fica excluído da proibição estabelecida no parágrafo anterior, podendo participar dos processos de promoção e progressão, o professor em estágio probatório que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná, com aulas extraordinárias, não incluídas em cálculo de proventos de aposentadoria de outro cargo, ou contratado pela CLT, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo PARA-NAEDUCAÇÃO, desde que somado todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data da sua promoção.”

Art. 3º - Fica extinta a gratificação de atuação no Ensino Especial prevista no artigo 27, II da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

Parágrafo Único - Aos professores com habilitação específica na área da Educação Especial, quando no exercício de docência e atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades especiais, que na data da publicação da presente lei percebem a gratificação de 50% (cinquenta por cento) prevista no dispositivo de que trata o *caput* deste artigo, fica assegurada a continuidade dessa gratificação, enquanto permanecerem no exercício dessas atividades especiais.

Art. 4º - O artigo 36 da Lei Complementar nº 103/2004 passará a ser constituído dos parágrafos 1º e 2º, com o seguinte texto:

“Art. 36 - ...

§ 2º - Os professores com regime de trabalho de 30 horas semanais serão enquadrados na tabela de 20 horas, percebendo vencimentos proporcionais àquela jornada, podendo optar por alteração de regime de trabalho, nos termos do artigo 29.”

Art. 5º - Aos professores pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, fica assegurado o enquadramento, conforme anexos I e II desta lei.

§ 1º - O vencimento do professor enquadrado, pertencente ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo terá efeitos financeiros calculados proporcionalmente à carga horária, conforme se trate de Licenciatura Plena - Nível I, Classe 2; Licenciatura Curta - Nível Especial 2, Classe 2 ou; Não Licenciado - Nível Especial I, Classe 1, previstos no Quadro Próprio do Magistério, ficando incorporada a diferença de vencimento existente.

§ 2º - Os vencimentos do Professor Regionalista e do Professor Sem Habilitação do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo serão aqueles constantes do Anexo II, referências 1 a 11, conforme o caso.

§ 3º - Os servidores mencionados nos parágrafos 1º e 2º deste artigo farão jus ao recebimento do auxílio transporte de que trata o artigo 26 e as gratificações contidas no artigo 27, da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

Art. 6º - Fica revogada a gratificação especial por assiduidade concedida pela Lei nº 14.070/2003 aos Professores e Especialistas em Educação do Magistério Público Estadual, integrantes do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 7º - O artigo nº 46 da Lei Complementar nº 103/2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 - O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta lei, revogando-se os artigos 10, 11, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 56, 61, 71, 72, 75, 76, da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, a Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981, o artigo 1º da Lei Complementar nº 16, de 08 de julho de 1982, a Lei Complementar nº 31, de 11 de dezembro de 1986, o artigo 1º da Lei Complementar nº 33, de 11 de dezembro de 1986, o *caput* do artigo 1º da Lei Complementar nº 34, de 11 de dezembro de 1986; a Lei nº 10.051, de 16 de julho de 1992, o artigo 6º da Lei Complementar nº 75, de 11 de janeiro de 1995, a Lei nº 14.070, de 04 de julho de 2003 e a Lei Complementar nº 101, de 14 de julho de 2003.”

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de abril de 2004.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente e Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 440/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche CMIG Pingo de Gente, do Município de Umuarama, com sede e foro no Município

de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2004, de 24.11.2004)**

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 441/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Casa do Leite, com sede e foro no Município de Umuarama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 441/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Casa do Leite, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 443/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche São Cristovão, do Município de Umuarama, Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 443/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade pública a Creche São Cristovão, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Apenas gostaria de fazer uma solicitação, uma consulta à Mesa: hoje tínhamos marcado para ouvir - pelo menos foi o que vi nos jornais - o Secretário Pisseti. O Líder do Governo nos afirmou que ele viria, não sei se hoje ou amanhã. Gostaria de saber se está na pauta para ele vir amanhã, como é que vai ser ou se fica por isso mesmo?

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Posso responder, Sr. Presidente, ao questionamento?

(Assentimento)

Vou responder: foi feito um convite, ele não compareceu; foi feita uma tentativa de convocação e nós, do Governo, votamos contra e ele não foi convocado. Então, se não foi convocado... do Governo passado todas as convocações perdemos, nunca vimos um Secretário vir aqui.

Será que agora vamos ser tão democratas que não convoca e trazemos para visitar?

A Secretaria está às ordens, poderei levá-lo lá a qualquer instante, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bom, convite é convite. Agora, não está aqui na pauta de hoje e nem de amanhã.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Não, só para lembrar que houve um acordo, inclusive assumido por parte do Líder do Governo nesta Casa, que haveria a disposição do Secretário vir a esta Casa para dar suas explicações, sem ter mesmo a necessidade de convocação.

Nós, pela democracia que vivemos, já que somos representantes legítimos da população, temos que sim, sermos democratas. Se havia esse acordo de cavalheiros ou a palavra assumida pelo Líder do Governo, seria de bom-tom até, que o Secretário viesse a esta Casa, porque o desgaste está respingando em apenas uma única pessoa, que é o Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Nada mais havendo tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301/2003 e 455/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 676 e 677/2003, 236, 359, 438, 448 459, 461, 463, 473 e 482/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 290, 466, 474, 480, 481/2004 e do Projeto de Resolução nº 019/2004.

Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 022ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE DEZEMBRO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Ratinho Júnior.

Às dezenove e cinqüenta e cinco horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do sistema estadual de educação, na forma que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CE, e CSP. SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a Emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a estadualização do Colégio Agrícola Oeste do Paraná - Ensino Médio e Profissional, no Município de Palotina e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1400/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor devido ao FUNREJUS, por ato praticado nos ofícios de registros de títulos e documentos e de pessoas jurídicas e altera dispositivos que especifica da Lei nº 12.216/98, modificados pela Lei nº 12.604/99. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 03 (três), sendo uma de autoria do Deputado Delegado Bradock, devidamente apoiada e duas de autoria do Deputado Nelson Justus, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 676/2003

Fica acrescido parágrafo ao artigo 1º do do Projeto de Lei nº 676/2003 e alterado o *caput* e o parágrafo 1º do mesmo artigo.

“Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, sendo que o VRC (Valor de Referência de Custas) será atualizado anual e automaticamente pelo mesmo índice, em todos os ofícios do judicial e extrajudicial, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2004.

§ 1º - A atualização a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, com relação de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, terá, como termo inicial, a data de vigência da Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999.

§ 2º - Quanto às escrituras públicas, o recolhimento será exigido no ato de sua lavratura, ficando cópia arquivada no Registro de Imóveis e no FUNREJUS; dispensando-se a comprovação pelos tabeliães de notas do recolhimento das mesmas, até a data da edição desta lei.”

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ailton Araújo, Pastor Edson Praczyk e 01 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO E LEI Nº 676/2003

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 1º - A atualização, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, terá como termo inicial a data da vigência da Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999.

§ 2º - Quanto às escrituras públicas, o recolhimento será exigido no ato de sua lavratura, ficando cópia arquivada no Registro de Imóveis e no FUNREJUS; dispensando-se a comprovação pelo tabeliães de notas do recolhimento das mesmas, até a data da edição desta lei.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, modificado pelo Lei nº 12.604, de 2 de julho de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - ...

(...)

VII - ...

a) ...;

b) não estão sujeitos ao pagamento:

(...)

19 - os órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

VIII - 100% (cem por cento) das custas decorrentes dos atos dos Tribunais de Justiça e Alçada, fixadas no Regimento de Custas”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Francisco Bühner, Nelson Tureck e Nelson Garcia.

EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 676/2003

Fica acrescido parágrafo ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 676/2003, e alterado o *caput* e o parágrafo 1º do mesmo artigo.

“Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar anualmente, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor devido ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, por ato praticado nos Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

§ 1º - A primeira atualização a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, com relação ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, terá, como termo inicial, a data da vigência da Lei nº 12.604, de 02 de julho de 1999.

§ 2º - Quanto às escrituras públicas, o recolhimento será exigido no ato de sua lavratura, ficando cópia arquivada no Registro de Imóveis e no FUNREJUS, dispensando-se a comprovação pelo tabeliães de notas do recolhimento das mesmas, até a data da edição desta lei.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) NELSON JUSTUS

Apoioamento:

Alexandre Curi, Cida Borghetti e Durval Amaral.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/2003, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1401/2003, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar, anualmente, o valor da Taxa Judiciária conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Deputado Nelson Justus, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO, AO
PROJETO DE LEI Nº 677/2003

Art. 1º - Fica o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná autorizado a atualizar, por Decreto Judiciário, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, o valor da Taxa Judiciária.

Parágrafo Único - A atualização, a ser decretada pelo Chefe do Poder Judiciário, terá como termo inicial, a data da vigência da Lei nº 12.821, de 27 de dezembro de 1999.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.2004.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Nelson Garcia, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins e Nelson Tureck.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que estabelece critérios de publicidades das Bolsas de Estudos conseguidas por instituições de ensino superior públicas e privadas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de produtos à base de soja na merenda escolar nas creches e escolas públicas de ensino pré-escolar, fundamental e médio no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 33/2004, que altera dispositivos da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes à consignação em folhas de pagamento de militares e servidores civis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi,

que dispõe que o Poder Executivo compensará dívidas de devedores dos “ativos” adquiridos pelo Estado do Paraná, com precatórios contra a Fazenda Pública Estadual, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. **Aprovado o Substitutivo Geral da CF, artigo por artigo.** Emenda da CCJ. - **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 459/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 35/2004, que autoriza o Poder Executivo a receber do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, imóvel localizado no Município de Clevelândia, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - programa de Voluntariado do Município de Vila Alta, com sede no Município de Alto Paraíso e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Municipal Cecília Meireles, com sede e foro no Município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 473/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que dispõe sobre a regulamentação de compras de materiais usados por estabelecimentos comerciais do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 482/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que altera a Lei nº 6327/72, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Colaboradores da Escola para Surdos Epheta, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/2004, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 868/2004, que cria cargos no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme

especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.
Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 290/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, os cargos de provimento em comissão abaixo discriminados:

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	Nº DE CARGOS	SIMBOLOGIA
Secretário do 1º vice-Presidente	01	DAS-4
Chefe de Gabinete do 2º vice-Presidente	01	DAS-4
Chefe de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	DAS-4
Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	01	DAS-4
Assessor Jurídico Administrativo do 1º vice-Presidente	01	DAS-5
Assessor Jurídico Administrativo do 2º vice-Presidente	01	DAS-5
Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	01	DAS-5
Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor Adjunto	01	DAS-5
Oficial de Gabinete do Presidente	01	1-C
Oficial de Gabinete do 1º vice-Presidente	01	1-C
Oficial de Gabinete do 2º vice-Presidente	01	1-C
Oficial de Gabinete do Corregedor	01	1-C
Oficial de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	1-C
Auxiliar de Gabinete do 1º vice-Presidente	02	3-C
Auxiliar de Gabinete do 2º vice-Presidente	01	3-C
Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	3-C

Art. 2º - Os cargos criados no artigo anterior, passam a integrar o anexo próprio da Lei nº 11719, de 12 de maio de 1997.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária do Tribunal de Justiça.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.08.2004.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei objetiva criar cargos em comissão para melhor estruturar os gabinetes da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça, bem como dos gabinetes do 2º vice-Presidente e do Corregedor Adjunto, funções criadas pela Lei nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Novo Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Cumprindo o que dispõe o artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), apresentamos o impacto orçamentário-financeiro decorrente da criação dos novos cargos, bem como a declaração do ordenador de despesa relativa à adequação orçamentária e financeira do Tribunal de Justiça.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da criação dos cargos do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme anexo.

A criação de cargos que se propõe, está prevista na proposta orçamentária para o exercício financeiro 2004.

O limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra b da referida Lei Complementar, definido em 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro 2004 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Seguem demonstrativos.

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA GLOBAL 2004

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE BRUTA DO TESOURO	12.440.312.000
(-) DEDUÇÕES	3.240.532.000
Transferências Constitucionais Legais	2.132.813.000
Contribuição ao Plano Seg. Social do Servidor	86.914.000
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	1.014.044.000
Prestação de Serviço Intragovernamental	521.000
Rec. Ind. e Editor e Gráfica Intragovernamental	6.240.000
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA GLOBAL	9.199.780.000

6% = R\$ 551.986.800,00

Dotação do Poder Judiciário na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2004
= R\$ 493.704.130,00

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto anexo, estão contempladas na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2004 e no Plano Plurianual 2004/2007.

Curitiba, 03 de agosto de 2004.

(a) DES. OTO LUIZ SPONHOLZ
Presidente

Sim-bologia	Cargo	Quant.	Custo p/ Cargo	Custo Encargos	Custo Mensal	%	Terço Férias	13º Salário	Nº Meses	Custo Anual
DAS-4	Secretário do 1º vice-Presidente	1	1.234,46	2.424,64	3.659,10	33,33	1.219,58	3.659,10	13	52.446,98
DAS-4	Chefe de Gabinete do 2º vice-Presidente	1	1.262,21	2.424,64	3.686,85	33,33	1.228,83	3.686,85	13	52.844,73
DAS-4	Chefe de Gabinete do Corregedor Adjunto	1	1.262,21	2.424,64	3.686,85	33,33	1.228,83	3.686,85	13	52.844,73
DAS-4	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	1	1.234,46	2.424,64	3.659,10	33,33	1.219,58	3.659,10	13	52.446,98
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do 1º vice-Presidente	1	1.129,07	2.182,18	3.311,25	33,33	1.103,64	3.311,25	13	47.461,14
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do 2º vice-Presidente	1	1.129,07	2.182,18	3.311,25	33,33	1.103,64	3.311,25	13	47.461,14
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	1	1.129,07	2.182,18	3.311,25	33,33	1.103,64	3.311,25	13	47.461,14
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor Adjunto	1	1.129,07	2.182,18	3.311,25	33,33	1.103,64	3.311,25	13	47.461,14
1C	Oficial de Gabinete do Presidente	1	535,97	982,83	1.518,80	33,33	506,22	1.518,80	13	21.769,42
1C	Oficial de Gabinete do 1º vice-Presidente	1	535,97	982,83	1.518,80	33,33	506,22	1.518,80	13	21.769,42
1C	Oficial de Gabinete do 2º vice-Presidente	1	535,97	982,83	1.518,80	33,33	506,22	1.518,80	13	21.769,42
1C	Oficial de Gabinete do Corregedor	1	535,97	982,83	1.518,80	33,33	506,22	1.518,80	13	21.769,42
1C	Oficial de Gabinete do Corregedor Adjunto	1	535,97	982,83	1.518,80	33,33	506,22	1.518,80	13	21.769,42
3C	Auxiliar de Gabinete do 1º vice-Presidente	2	456,91	837,85	2.589,52	33,33	863,09	2.589,52	13	37.116,37
3C	Auxiliar de Gabinete do 2º vice-Presidente	1	456,91	837,85	1.294,76	33,33	431,54	1.294,76	13	18.558,18
3C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto	1	456,91	837,85	1.294,76	33,33	431,54	1.294,76	13	18.558,18
TOTAL		17	13.560,20	25.854,98	40.709,94	33,33	13.568,62	40.709,94	13	583.507,78
Custo Anual			583.507,78							

OFÍCIO Nº 868/2004 - G.P.

Curitiba, 03 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra e encaminhar a V. Exa., para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, acompanhado da respectiva justificativa, que cria cargos de provimento em comissão visando melhor estruturar os Gabinetes da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça.

Certo de que a proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio, reitero a V. Exa, os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) OTO LUIZ SPONHOLZ
Presidente

Exmo. Sr.

Deputado Hermas Brandão

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTA CAPITAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 290/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Judiciário, estabelece em seu artigo 1º a criação na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, um (01) cargo de secretário do 1º Vice-Presidente, símbolo DAS-4, um (01) cargo de Chefe de Gabinete do 2º Vice-Presidente, simbologia DAS-4, um (01) cargo de Chefe de Gabinete do Corregedor Adjunto, simbologia DAS-4, um (01) cargo de Assessor Jurídico Administrativo do Presidente, simbologia DAS-4, um (01) cargo de Assessor Jurídico Administrativo do 1º Vice-Presidente, simbologia DAS-5, um (01) cargo de Assessor Jurídico Administrativo do 2º Vice-Presidente, simbologia DAS-5, um (01) cargo de Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor, simbologia DAS-5, um (01) cargo de Assessor Jurídico

Administrativo do Corregedor Adjunto, simbologia DAS-5, um (01) cargo de Oficial de Gabinete do Presidente, simbologia 1-C, um (01) cargo de Oficial de Gabinete do 1º Vice-Presidente, simbologia 1-C, um (01) cargo de Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente, simbologia 1-C, um (01) cargo de Oficial de Gabinete do Corregedor, simbologia 1-C, um (01) cargo de Oficial de Gabinete do Corregedor Adjunto, simbologia 1-C, dois (02) cargos de Auxiliar de Gabinete do 1º Vice-Presidente, simbologia 3-C, um (01) cargo de Auxiliar de Gabinete do 2º Vice-Presidente, simbologia 3-C, um (01) cargo de Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto, simbologia 3-C.

O presente projeto de lei objetiva criar cargos em comissão para melhor estruturar os gabinetes da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça, bem como dos gabinetes do 2º Vice-Presidente e do Corregedor Adjunto, funções criadas pela Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Novo Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Cumprindo o que dispõe o artigo 16 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, o autor apresenta o impacto orçamentário financeiro decorrente da criação dos novos cargos, bem como a declaração do ordenador de despesa relativa à adequação orçamentária e financeira do Tribunal de Justiça.

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Chefe do Poder Judiciário, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 290/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 868/2004, objetiva criar cargos no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica.

Tal propositura já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, quanto aos aspectos constitucionais, legal e de técnica legislativa.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão atende às exigências previstas na Complementar nº 101/2000,

bem como constata-se que as despesas decorrentes do projeto em tela, estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2004 e no Plano Plurianual 2004/2007.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 466/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação Clube de Mães Santo Antonio de Linha Ocoy Federal, com sede e foro no Município de Medianeira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2004, de 06/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 466/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ademir Bier, declara de Utilidade Pública a Associação de Mães Santo Antonio de Linha Ocoy Federal, com sede e foro no Município de Medianeira.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2004, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação Iratiense de promoção à Cidadania, com sede e foro no Município de Irati. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2004, de 07/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 474/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a Associação Iratiense de Promoção à Cidadania, com sede e foro no Município de Irati.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/

87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Solidariedade Araucária-ISAI, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121, de 07/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 480/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública o Instituto de Solidariedade Araucária, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Esporte, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2004, de 07/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 481/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Esporte, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/2004, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, meses de novembro e dezembro de 2004, conforme Resolução nº 003/2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesa dos Srs. Deputados, referente aos meses de novembro e dezembro de 2004, conforme Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Nelson Tureck, José Maria Ferreira, Antônio Anibelli e Pedro Ivo Ilkiv.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 84/2004

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a proposição nº 79/2004, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente aos meses de novembro e dezembro de 2004, regulamentada pela Resolução nº 003/2004 de 15 de março de 2004.

Após análise do relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição supracitada, entendo que o todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, não restando qualquer dúvida quanto à exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável, aprovado.

Pelo acima exposto, conclue este Relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 13.12.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2300, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta feira,

dia 15, logo após o término da Sessão Ordinária, com a Ordem do Dia a ser anunciada.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE TURISMO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15 LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões sob a presidência do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 314/2004 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrando os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

COMISSÃO DE TURISMO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15 LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões sob a presidência do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 417/2004 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrando os trabalhos, dos quais, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária

Atas de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, no auditório Luiz Grabriel Guimarães Sampaio (plenarinho) da Assembléia Legislativa do Paraná, sob a presidência do Sr. deputado Delegado Bradock, compareceram à reunião os seguintes Srs. Deputados-membros da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades: Plauto Miró Guimarães, Artagão Júnior, Nelson Tureck e Hermes Fonseca. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir foram ouvidos os depoimentos dos Srs. Paulo Roberto Godoy, Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Ângelo José Bizineli, servidor da Inspeção do Tribunal de Contas do Paraná; e Jesus Vieira dos Santos, do Sindicato dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa. As indagações dos Srs. Deputados, bem como as respostas dos depoentes, constam das notas taquigráficas que passam a integrar esta Ata. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente Deputado Delegado Bradock, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Srs. Deputados-membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, no auditório Luiz Grabriel Guimarães Sampaio (plenarinho) da Assembléia Legislativa do Paraná, sob a presidência do Sr. deputado Delegado Bradock, compareceram à reunião os seguintes Srs. Deputados-membros da Comissão: Artagão Júnior, Nelson Tureck, neivo Beraldin e Hermes Fonseca. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o Sr. Presidente submeteu à deliberação o relatório final dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente Deputado Delegado Bradock, encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais Srs. Deputados-membros presentes à reunião e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
Alan Marcos Andrade - Secretário